

CONDIÇÕES GERAIS DE VENDA

Aplicação

O cliente toma conhecimento de que as presentes condições gerais de venda se aplicam a todas as transacções comerciais, anulando as anteriormente estabelecidas, e declara, expressa e irrevogavelmente, havê-las recebido nesta data, aceitá-las e comprometer-se a cumpri-las.

A validade de quaisquer situações excepcionais ou cláusulas adicionais depende de aceitação escrita por parte da CIN, considerando-se as práticas habituais como mera tolerância e não como revogação destas condições gerais.

A atribuição da qualidade de revendedor autorizado a qualquer cliente depende de aceitação expressa da CIN e da celebração do respectivo contrato de revenda.

Produtos

A CIN assegura a conformidade dos seus produtos com as especificações técnicas e de uso constantes dos respectivos boletins técnicos pelo que a sua aplicação deverá ser efectuada em estrito respeito pelas mesmas.

Adicionalmente, e nos termos das Directivas 210/75/UE e 2004/42/CE, faz-se expressa menção ao facto de que os produtos identificados com a marcação **V** só podem ser utilizados sem restrições em actividades executadas em instalações registadas e autorizadas, sendo que a sua utilização em instalações de pequena dimensão fica limitada a revestimentos que não respeitem a quaisquer componentes para edifícios.

Assim, a Cin não se responsabiliza por uma utilização deficiente ou ilegal dos produtos fora do disposto nos parágrafos anteriores, por cujos resultados ou consequências será unicamente responsável o cliente.

Preços e condições de pagamento

Os fornecimentos serão facturados de acordo com os preços constantes da Tabela de Preços em vigor à data da facturação.

Os preços são reajustáveis em qualquer momento sem dependência de qualquer aviso prévio.

Salvo acordo expresse em contrário, os pagamentos deverão ser efectuados nos escritórios da CIN, de acordo com as condições previamente estabelecidas entre as partes.

Os fornecimentos a crédito dependem de aprovação expressa e escrita da CIN. Em caso de deferimento, será atribuído ao cliente um limite de crédito, que poderá sofrer alterações de acordo com o volume médio mensal de compras e formas de pagamento.

A falta de pagamento no prazo estabelecido ou o pagamento efectuado através de cheque sem provisão ocasionarão a suspensão imediata, temporária ou definitiva, de outros fornecimentos a crédito, bem como o imediato vencimento de todos os restantes créditos em aberto em nome do cliente, sem prejuízo do direito de debitar juros à taxa legal aplicável e de obtenção da competente cobrança judicial.

Em caso de atraso nos pagamentos e de fundados receios de solvabilidade e credibilidade do cliente, a CIN tem o direito de exigir garantias adicionais ou adiantamentos dos pagamentos de fornecimentos ainda não vencidos.

A aceitação pontual de um atraso num ou mais pagamentos não implica alteração das presentes condições gerais de venda nem das condições de crédito e pagamento atribuídas ao respectivo cliente.

Até ao seu pagamento integral, a propriedade dos produtos é reservada à CIN nos termos do art.º 409º do Código Civil.

Encomendas e Entregas

As encomendas de produtos só são válidas depois de formalmente aceites pela CIN, S.A. e o seu tratamento rege-se pelo disposto no Regulamento de Tratamento de Encomendas e Plano de Distribuição, disponível no site da CIN em www.cin.com área Cliente ou solicitado aos Serviços do Customer Service da empresa.

Recepção da encomenda

No acto da entrega, o cliente deverá examinar a encomenda de forma a verificar a sua conformidade com o pedido respectivo e com a guia de remessa, valendo o silêncio como recepção e aceitação tácitas da mesma.

Para prova da conformidade referida, o cliente deverá assinar a competente guia de remessa, cujo triplicado entregará ao transportador ou devolverá de imediato à CIN.

Reclamações

A aplicação e o uso dos produtos da CIN estão para além do seu controlo, pelo que a responsabilidade inerente a tal aplicação e uso pertence inteiramente ao comprador.

Os conselhos técnicos prestados pela CIN, antes ou depois da entrega dos produtos, são meramente indicativos, dados de boa-fé e constituem o seu melhor conhecimento atento o estado actual da técnica, razão pela qual deverão ser testados e não podendo, em caso algum, responsabilizá-la.

As reclamações, feitas por escrito e no prazo de 10 dias após a sua constatação, apenas serão aceites relativamente a defeitos de fabrico ou não conformidades com a nota de encomenda.

Nenhuma reclamação será aceite sem que se mostrem cumpridas as obrigações do cliente relativamente à recepção das encomendas e se não forem referenciados os documentos de fornecimento.

A única obrigação que incumbe à CIN será, respectivamente, a substituição ou devolução do preço já pago da mercadoria reconhecidamente defeituosa ou a de reposição da encomenda, não aceitando outras responsabilidades por quaisquer outras perdas e danos.

Devoluções

As devoluções só serão admissíveis em caso de reclamação deferida pela CIN exigindo sempre o seu acordo prévio e escrito, devendo ser sempre acompanhadas da competente nota de devolução com referência ao produto e quantidade em causa bem como ao número do documento que serviu de base ao fornecimento.

Nulidade

A nulidade total ou parcial de qualquer uma das condições expressas nestas condições gerais de venda não afectará a plena validade das demais.

Jurisdição

Para o julgamento e apreciação de todas as questões emergentes das presentes condições gerais de venda, incluindo a sua validade, interpretação e aplicação, é competente o Tribunal Judicial da Comarca da Maia, com expressa renúncia a qualquer outro, se outra não for a obrigação legal imposta.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, em caso de litígio, o Consumidor pode recorrer a uma das seguintes entidades de Resolução Alternativa de Litígios de consumo: Centros de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo do Vale do Ave; Vale do Cavado; Porto; Coimbra; Lisboa; Algarve ou Nacional (email cniaacc@fd.unl.pt), cujos contactos podem ser disponibilizados em www.consumidor.pt ou em www.arbitragemdeconsumo.org/, ou ainda via telefone 707 788 787.